

CIÊNCIA, CULTURA E LÍNGUA EM PORTUGAL NO SÉCULO XX

DA JUNTA DE
EDUCAÇÃO NACIONAL
AO INSTITUTO CAMÕES

Maria Fernanda Rollo
Maria Inês Queiroz
Tiago Brandão
Ângela Salgueiro

Índice

11	Introdução
21	Abreviaturas
25	1. Promover a cultura, expandir a língua, organizar a ciência. Génese e história da Junta de Educação Nacional (1929-1936)
29	1.1. <i>Saber é poder</i>
29	1.1.1. Combates pelo progresso: expandir a língua, fomentar a ciência, difundir o conhecimento
47	1.1.2. Emancipar pela Educação
49	1.2. A criação da Junta de Educação Nacional
54	1.2.1. Protagonistas: cientistas e professores
56	1.2.2. Missão: modernização e renovação, da ciência e da cultura
70	1.3. Estudar e valorizar a língua portuguesa. Os Estudos Filológicos como prioridade entre as ciências e primeiro Centro de investigação da JEN
75	1.4. Expansão cultural e intercâmbio intelectual
78	1.4.1. Educação artística
82	1.4.2. Ocupação científica das colónias
85	1.5. Diplomacia cultural: estratégias e instrumentos da expansão da língua e da cultura portuguesas
89	1.6. <i>Em coisas de ciência não se deve ser avaro</i> : ou a ambição frustrada entre os projectos para o País, os objectivos para as colónias e a inexorável escassez de meios e recursos
97	1.7. Quando o poder depura o saber: primeiros confrontos. Submissão da JEN e outras prioridades para a ciência e para a cultura
110	1.8. Sob o jugo do Estado Novo. A depuração da <i>inteligência</i>
117	2. Cultura condicionada, ciência aprisionada. Sob a ordem do Estado Novo e o comando da Educação Nacional. O Instituto para a Alta Cultura (1936-1952)
121	2.1. Da «Instrução Pública» à «Educação Nacional».
125	2.2. Entre o debate e a concretização: estatuto e profissionalização do investigador
128	2.3. Criação de centros de investigação: pela ciência e para os investigadores
134	2.4. Do IAC para o Mundo: propaganda e expansão cultural e científica

138	2.5. Páginas de ciência: inventariar recursos. As bibliotecas científicas portuguesas
145	2.6. Atualização da agenda do IAC para a ciência: coordenar, (re)organizar e concentrar
154	2.7. Intercâmbio e cooperação científica. O IAC e a Fundação Rockefeller
159	2.8. Paradoxos em tempo da Guerra. Dinâmicas internas e condicionantes externas
179	2.9. Ciência e Estado Novo
191	3. Modernização contida. Dinâmica internacional e novos actores. O Instituto de Alta Cultura (1952-1976) sob a tensão da modernidade
195	3.1. <i>Vede o que é um país sem ciência...</i> A modéstia dos resultados, a pressão reformista e o modelo em debate
210	3.2. Renovação do «espírito» e missão científica numa instituição reformada: o Instituto de Alta Cultura (1952-1964) entre a Expansão Cultural e a Investigação Científica
218	3.3. O paradigma nuclear
237	3.4. Novos desafios com novos actores
253	3.5. A Fundação Calouste Gulbenkian e a construção de políticas científicas em Portugal
256	3.6. Pelo progresso económico: limites e impulsos no campo da ciência e da tecnologia
263	3.7. Educação, Investigação & Desenvolvimento. Diagnóstico e estratégia nacional
271	3.8. Planeamento económico, compreendendo o ensino e a investigação. A emergência da coordenação da investigação e a criação da JNICT
281	3.9. Estagnação e reforma
298	3.10. Ambições frustradas. Entre as pretensões para a ciência e a resistência dos condicionalismos
323	3.11. Política externa: acordos culturais e intercâmbio
330	3.12. Reforma no sistema educativo, reorganização do IAC. A universidade e a investigação.
341	4. Democracia. Novos contextos e desafios para Portugal no mundo. Do Instituto de Cultura Portuguesa (1976-1980) ao Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (1980-1992)
345	4.1. Revolução
352	4.2. A Alta Cultura a dividir por dois: Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC) e Instituto de Cultura Portuguesa (ICAP) (1976-1980)
353	4.3. Portugueses no mundo – ensino e difusão da língua e da cultura portuguesas
356	4.4. Breve estadia sob nova tutela. Entre o Ministério da Educação e a Secretaria de Estado da Cultura.
359	4.5. Novo percurso institucional: o Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP) (1980-1992). Integração europeia e lusofonia
365	5. Internacionalização. Política cultural externa: afirmação e coordenação da rede de língua e cultura. O Instituto Camões (1992-...)
369	5.1. O Instituto Camões. Defender a língua, valorizar a cultura
373	5.2. Coordenar e programar

376	5.3. Da Educação aos Negócios Estrangeiros. Política Cultural Externa
381	5.4. Português em rede
386	5.5. Acertar missões para o século XXI
395	Cronologia
433	Fontes e bibliografia
463	Anexos
465	I — Tutela da JEN ao IC (1929-2009)
468	II — Evolução Orgânica
474	III — Direcção da JEN ao IC
475	IV — Leitorados da JEN ao IC
481	V — Centros Culturais do Instituto Camões
482	VI — Rede de docência do IC em 2008
485	VII — Bolsas e subsídios
498	VIII — Centros de Estudos da JEN ao IAC
505	Índice de quadros
507	Índice geográfico
513	Índice de instituições
527	Índice onomástico

Introdução

Este livro resulta do desenvolvimento de um projecto de investigação que o Instituto Camões assumiu no sentido de promover o estudo da sua história e dos organismos que o antecederam, tendo em consideração a respectiva inserção no contexto histórico em que essas instituições emergiram e se desenvolveram. Desta forma se procura contribuir para o conhecimento da história da cultura e da língua portuguesas no quadro da história contemporânea de Portugal e, em particular, no domínio da nossa política cultural externa em que tem tido um papel essencial.

Para o efeito, o Instituto Camões, então presidido pela D.^{ra} Simonetta Luz Afonso, celebrou um protocolo de colaboração com o Instituto de História Contemporânea (IHC) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. O projecto teve início em 2008, desenvolvido por uma equipa de investigadores do IHC coordenada por Maria Fernanda Rollo, em que participaram Maria Inês Queiroz, Paula Meireles, Tiago Brandão, Ângela Salgueiro e José Pereira, e que em todas as circunstâncias beneficiou do apoio e da colaboração dos serviços do Instituto Camões.

Deve salientar-se que a oportunidade e a relevância desta iniciativa surgiu na sequência de um trabalho, então em fase de conclusão, em que o Instituto Camões se empenhara no sentido da recuperação e organização de um vasto e valiosíssimo espólio documental de que é herdeiro e detentor. Sublinhe-se que essa acção reflecte uma atitude e um interesse que nem sempre estão presentes no quadro das preocupações de muitas instituições — públicas e privadas — que, com passados mais ou menos longos e ricos, têm tido uma presença importante no quadro da nossa História e que são proprietárias, herdeiras, de espólios históricos relevantes para o seu conhecimento.

O significado e a importância do desenvolvimento deste projecto, nas suas diversas componentes, dimensões e resultados, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento e da valorização da história e do património do nosso País, reflecte uma percepção e representa uma contribuição responsável e activa para a promoção de uma cultura de base histórica e científica, na percepção de que o saber, o conhecimento,

o desenvolvimento é feito de conquistas, e que é desse valor acumulado, dessa cultura, afinal, que depende o nosso lugar no futuro.

Por tudo isso, o nosso sentido reconhecimento à D.^{ra} Simonetta Luz Afonso, que nos desafiou para assumir este projecto e para nos lançarmos na elaboração da história desta instituição, e à Professora Doutora Ana Paula Laborinho, que entendeu dar continuidade e criar a oportunidade para o prolongamento e aprofundamento do estudo e organização do património histórico do Instituto Camões, lançando novas dinâmicas no contexto mais vasto da promoção de iniciativas no campo da política cultural externa, estudo e valorização da cultura e da língua portuguesas e proporcionou a publicação do livro que agora se apresenta.

* * *

A história do Instituto Camões remonta ao início do século XX e, numa linhagem institucional mais directa, a 1929 e à criação da Junta de Educação Nacional (JEN), de que é, para todos os efeitos e a quase todos os títulos, seu herdeiro e sucessor. Como organismo, foi-se adaptando à mudança, acertando missões e funções, cumprindo, no essencial, a sua vocação essencial de promover a cultura portuguesa, devendo, desde já, salientar-se o papel fundamental que o Instituto Camões e os organismos que o antecederam mantiveram no quadro da definição, da prática e do desenvolvimento da política cultural externa de Portugal.

Os tempos foram passando, alterando-se profundamente os contextos políticos, económicos, sociais... em Portugal e no Mundo. A Junta, passados poucos anos e já em pleno Estado Novo foi transformada em Instituto para a Alta Cultura (IAC), mantendo-se como tal entre 1936 e 1952, quando foi alterada a sua designação para Instituto de Alta Cultura (IAC). Já depois do 25 de Abril, em 1976, foi extinto, sendo criado em sua substituição o Instituto de Cultura Portuguesa. Sucedeu-lhe, em 1980, o Instituto de Cultura e Língua Portuguesa que, em 1992, foi substituído pelo actual Instituto Camões.

Numa perspectiva histórica, compreende-se a dimensão e importância destes sucessivos organismos aos quais foram sendo cometidas responsabilidades quer na política de apoio à investigação científica — missão que actualmente cabe à Fundação para a Ciência e Tecnologia —, quer na política de promoção do desenvolvimento cultural, do aperfeiçoamento artístico e das relações culturais externas.

É essa realidade, que decorre dos anos 20 do século passado, que é parte da contemporaneidade do País, de indispensável conhecimento para compreensão do seu percurso, que se pretende registar: de forma rigorosa, obedecendo à metodologia histórica, de forma integrada e global, contando-a e interpretando-a na trama da história geral do País.

Trata-se de uma história naturalmente incompleta, que atravessando conjunturas e realidades diversas se projectou, se transformou, se debateu, se adaptou e se espe-

cializou — ao longo de mais de oito décadas, estendendo-se a mais de 12 000 bolsеiros e a mais de 90 centros de investigação — com uma rede actual de ensino da língua e cultura portuguesas que ascende a quase 300 instituições cooperantes espalhadas pelo Mundo.

Esta multiplicidade é, de resto, reflectida pelo número de processos (mais de 27 000) que integram o acervo do Arquivo do Instituto Camões e que traduz, em si mesmo, a extensão e a intensidade da vida do Instituto ao longo da sua história — uma história que, para lá da realidade institucional, foi feita individualmente, por cada um dos seus bolsеiros e leitores, e pelos organismos que lhe estiveram associados, nos mais diversos domínios da vida cultural, artística e científica do País; história que se estende para lá da escala nacional, traduzindo também opções, momentos de viragem, contextos, no quadro da política cultural externa, da internacionalização científica, daquele que seria, enfim, o reflexo do País na forma como compreendeu, ao longo do século xx, a missão nacional e a sua posição relativa no Mundo.

Pela sua diversidade nos domínios em que actuou, e que ao longo do século xx foram sendo compreendidos na sua especialidade — e por isso mesmo marcados por uma progressiva autonomização e especialização de competências — a história dos organismos que antecederam o Instituto Camões dilui-se também na própria história do debate em torno da organização da ciência, da política cultural externa e da política da língua. Ao extenso quadro de bolsеiros apoiados associam-se inúmeros episódios da história — de pedagogos, escritores, pintores, professores universitários, médicos, historiadores, sociólogos, geógrafos, químicos, engenheiros... milhares de histórias que, no seu conjunto, compõem a visão global que aqui se pretende reflectir, sem prejuízo, sublinhe-se, dessas realidades individuais, tantas delas merecedoras de estudo mais aprofundado.

Ao longo do século xx, a história da ciência reporta-nos a uma narrativa consistente e dinâmica de um processo, que teve lugar com menor ou maior racionalidade, mas bastante visível, de organização da ciência; i. e., aquilo que corresponde a um fenómeno de institucionalização da ciência, uma etapa decisiva de um processo com raízes setecentistas e oitocentistas (academias, sociedades, associações), e em particular aquilo que corresponde à afirmação do que modernamente se poderia ainda referir como «sistema externo de ciência»¹, que configura um conjunto de instituições científicas que, intermediando a função do Estado, vieram conduzir uma política de apoio, promoção e até coordenação da investigação científica, mormente à escala nacional, mas igualmente com expressão internacional. Apesar de historicamente existirem instituições privadas deste género, estamos a falar de um processo que beneficiou claramente do papel do Estado, e que, em particular na Europa, pode dizer-se, liderou este fenómeno de contornos institucionais.

¹ Norman Kaplan, «The Western European Scientific Establishment in Transition» in *Science and Society*, edited by Norman Kaplan, Nova Iorque, Arno Press, 1975, p. 352.

Esta história de génese e pensamento, bem como de desenvolvimentos institucionais, ainda que longe de linear e isenta de condicionantes, não pode escamotear as realizações que ditaram a existência daquela instituição que hoje deve ser perspectivada como a primeira instituição criada tendo como finalidade a condução de uma política científica portuguesa.

Uma história em que Ciência, Cultura e Língua enformaram um projecto político, sobrevivente a diversas conjunturas, potenciado por diferentes e diversas formulações institucionais e apoiado em, por vezes, matricialmente distintas formulações ideológicas, da «Instrução Pública» à «Educação Nacional», da «cultura científica» à «expansão cultural», entre lógicas de «cultura erudita» ou de «cientismo» e «fabrilismo encomendado», entre «ciência pura» e «ciência aplicada»; em suma, entre políticas diversas, sucessivas ou sobrepostas — retóricas e agendas em presença, num convívio ou confronto de poderes que nos revelam, na realidade, diferentes facetas de um dos principais caracteres da civilização ocidental, a Ciência.

Foi, portanto, a partir de velhas e novas fontes e informações cotejadas que este estudo se estruturou. O que propomos, deste modo, é uma leitura global que, entre um renovado documentalismo temperado com a interpretação e poder explicativo da historiografia, aborde simultaneamente com o detalhe e o necessário apoio documental e conceptual uma história que é a da especificidade da Junta de Educação Nacional e seus sucessores institucionais. Considerando-as, procuramos colocar-nos à margem das leituras que têm sido propostas em matéria de política científica do Estado Novo e, sobretudo, da esfera da denominada «política do espírito» que tem enquadrado e, nesse sentido, condicionado e, de certa forma, limitado o estudo e a avaliação da história deste organismo desde os seus primeiros anos de actividade — refiram-se quer os estudos sobre a natureza e a história da política cultural do Estado Novo, quer os que se têm debruçado sobre as questões da ciência e da política para a ciência do mesmo período. Infelizmente são poucos, e quase todos incontornáveis, devendo destacar-se quanto aos primeiros, os de Jorge Ramos do Ó, quanto aos segundos, os trabalhos, entre outros, de João Caraça, Beatriz Ruivo, Mariano Gago e, mais recentemente, Pedro Conceição e Manuel Heitor.

* * *

Antes da criação da Junta de Educação Nacional (JEN), tentando acompanhar o que ia ocorrendo noutros países e obedecendo ao espírito da reforma universitária de 1911, a I República assistiu ou foi animando diversos projectos, propostas, debates e fez até vários ensaios de organismos dedicados à promoção e organização da ciência e da cultura, protagonizados por cientistas, engenheiros, pedagogos e, em alguns casos, iniciativas de políticos, para quem a condição fundamental do progresso económico e social do País residia no seu desenvolvimento cultural e científico. Muitos destes pro-